

PMDB nunca quis

Política

Jornal de Brasília

Constituinte exclusiva

OAB faz críticas

à emenda Sarney

Porto Alegre — O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), disse ontem, em Porto Alegre, que a proposta de que a Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita no ano que vem seja exclusiva (não legisle ordinariamente) e admita candidatos avulsos (sem filiação partidária) "pode ser respeitável" mas acrescentou: "Nunca teve o apoio do nosso partido". Segundo ele, "o compromisso assumido pelo PMDB nas ruas, durante a campanha pelas eleições diretas e pela Constituinte, foi de que ela teria a forma agora prevista no substitutivo do deputado (Walmor) Giavarina (PMDB-PR)".

Ulysses rejeita o termo "destituição" para classificar o afastamento do deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP) do cargo de relator da emenda convocatória da Constituinte apresentada ao Congresso pelo Governo. Para o deputado, o que houve foi uma "substituição". O que, no seu entender, é "normal" e "democrático". "Isto — falou — pode acontecer com qualquer relator. Se o seu ponto de vista não corresponde ao que deseja a maioria dos integrantes da comissão, outro pode ser nomeado em seu lugar, seria até uma omissão os deputados terem de aceitar, necessariamente, o ponto de vista do relator".

Para o presidente do PMDB, o episódio não irá provocar qualquer cisão ou trauma dentro do partido. "Esperar que isto vá causar problemas é desconhecer os parlamentares", sentenciou. "Porque isto não foi um ato de violência". Assim, ele acredita também que a emenda aprovada pela comissão não irá desgastar a imagem do governo ou do partido junto à opinião pública. "Nós apenas estamos sendo coerentes", justificou. "Quando lançamos a campanha pelas diretas e a Constituinte, jamais nos comprometemos a convocá-la exclusivamente para fazer a Constituição. A própria OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), em sua gestão anterior, que nos acompanhou nos palanques, apoiou nosso projeto".

Quanto ao projeto de anistia aos cassados administrativamente pelos governos militares, Ulysses Guimarães entende que foi bem conduzido até aqui, e que a forma ideal de aprová-lo é, efetivamente, como foi decidido, através de maioria absoluta do plenário do Congresso — dois terços dos parlamentares. O presidente do PMDB, no entanto, voltou a dizer que, embora concorde em que casos como o do atentado a bomba no Riocentro e do assassinato do jornalista Alexandre Vorn Baumgarten devam ser investigados e submetidos à Justiça para que os culpados sejam punidos, não podem ser tratados "com espírito revanchista".

De Porto Alegre, onde esteve durante dois dias, o presidente do PMDB viajou, em taxi aéreo, na manhã de ontem para Cuiabá onde irá prosseguir seu programa de reforço às candidaturas de seu partido que concorrem às prefeituras de capitais. Disse que irá visitar todas as capitais do País e que está "analisando as ocorrências" no Recife — onde houve uma cisão do PMDB — para ver da possibilidade de também se fazer presente ali. Para ele, ao contrário da Constituinte, que "será um verdadeiro plebiscito nacional, em que o povo se irá decidir por entre mais de 20 partidos". As eleições municipais de 15 de novembro serão apenas "um tópico, porque muito localizadas". Mas ele acredita que o PMDB será vencedor. Ontem, Ulysses Guimarães esteve no comitê central da campanha dos ex-deputados Francisco Machado Carrion Júnior e José Fogaça à Prefeitura e vice-prefeitura de Porto Alegre. Gravando vários pronunciamentos para serem transmitidos no espaço de seu partido no horário político gratuito de rádio e de TV, tanto na capital como no interior.

Engenheiros

Reunidos em encontro da classe, os engenheiros da região sul, decidiram ontem enviar ao Congresso Nacional um documento onde pedem a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte autônoma e específica. Segundo o documento, "competirá ao Congresso Nacional, na votação da emenda Sarney, refletir a vontade da sociedade, expressamente manifestada pelos representantes dos seus diversos segmentos".

Depois de afirmar que o Congresso Nacional não pode ignorar a vontade da Nação, a carta dos engenheiros diz o seguinte: "Se dúvidas ainda existem sobre o que deseja a Nação, caberá aos senhores congressistas submeter a sua decisão a uma consulta prévia à população. Confiamos em que os membros do Poder Legislativo, atentos à sua elevada função, saberão honrar o mandato de que estão investidos, evitando que se aprofunde o abismo que existe entre a Nação e os poderes constituídos".

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou ontem a "Carta de Brasília", resultante do II Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, onde definem o que consideraram "as grandes linhas de uma nova Carta Constitucional". São elas: a Constituinte Exclusiva, a abrangência dos direitos e garantias individuais e sociais sobre as nações indígenas, uma Reforma Agrária que não proteja o latifúndio, a redefinição do Poder Judiciário e o sindicalismo sem a tutela do Estado.

Em suas primeiras linhas, o texto resultante do encontro que se iniciou na terça-feira, 15, acusa o Poder Legislativo e o Executivo, de se unirem e degradarem o povo "à condição de espectador passivo e policiado". Segue a íntegra da carta:

Convicção

"A Ordem dos Advogados do Brasil reuniu em Brasília o II Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte com o objetivo de aprofundar o amplo debate nacional sobre as condições legítimas de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, bem como refletir sobre as grandes linhas de uma nova Carta constitucional.

Assim fazendo, os advogados firmam a convicção de que a Constituição tem que ser trabalho do povo, como consequência inarredável do princípio de que "todo o poder emana do povo". Daí, a exigência democrática da instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e não da simples estensão ao Congresso Nacional de poderes constituintes originários.

Todavia, a Nação está a assistir ao acumplicimento do Governo com o Congresso Nacional em que o povo é degradado de seu papel natural de protagonista e único interessado, à condição de espectador passivo e policiado.

A marginalização da opinião do povo nas grandes decisões políticas significa a usurpação da soberania popular pelos remanescentes de velhas e viciadas práticas anti-democráticas e oligárquicas que pretendem, a qualquer preço, manter-se como feitores do povo escravizado, mentalidade ainda hoje, preponderante presente no Congresso Nacional.

Desta forma, as condições pré-Constituintes são fundamentais para garantir que a nova Constituição espelhe as exigências básicas do povo e não se limite a manter o atual modelo de sociedade que a história quer sepultar.

Uma Constituição verdadeiramente democrática deve assegurar, de modo efetivo e não simplesmente programático, os direitos e garantias individuais e sociais, abrangendo todos os segmentos da sociedade, especialmente aqueles que hoje estão relegados, como é o caso das nações indígenas.

Uma Constituição verdadeiramente democrática deve comprometer-se com uma ordem econômica centrada sobre o interesse coletivo das maiorias despossuídas e estabelecer os mecanismos que assegurem este compromisso. Assim, a Reforma Agrária há de ter, como objetivo maior, não a proteção do latifúndio, porém inserir milhões de brasileiros na cidadania.

Para tanto, é vital que o poder político democraticamente estruturado realize as aspirações do povo brasileiro e não se constitua numa forma de alienação da soberania popular; destacando os advogados a necessidade inadiável da redefinição do poder judiciário.

Uma Constituição democrática há de ser eminentemente popular, reconhecendo os trabalhadores, como elemento principal do processo econômico. A eles se deve assegurar, através de organização sindical não tutelada pelo Estado, a proteção efetiva de seus interesses e direitos.

Os advogados, fiéis aos princípios democráticos, conclamam todo o povo e suas organizações a não abrir mão de seu inalienável direito, que lhe querem usurpar, de construir a Nação e declaram que persistirão na luta por uma Constituição legítima em sua origem e democrática e popular no seu conteúdo".